QUILOMBAGEM NO BRASIL: da luta pela liberdade à luta por reparações históricas

Andressa Bianca Ferreira Sousa[1]

Josiele Fonseca Lima[2]

Karyna Diniz da Costa [3]

Zilda Dias Pereira[4]

Resumo: O presente artigo busca desenvolver a partir de um percurso histórico, os fundamentos das múltiplas formas de lutas e resistências da população negra, desde a gênese da formação social brasileira. Para tanto, sublinhamos, os quilombos, em particular o quilombo dos Palmares como símbolo de enfrentamento ao sistema colonial escravista e contra toda sorte de opressões e explorações às quais mulheres e homens negros têm sido submetidos no país. Trata-se de uma análise crítica acerca dessa dinâmica, fundamentada em diversificada bibliografia, culminando no debate sobre a importância das políticas de reparação como respostas a um passado que ainda diz muito sobre os lugares sociais desse segmento na atualidade.

Palavras-chave: Quilombos. Resistência. Reparações**.**

Abstract: This article seeks to develop, from a historical-methodological path, the foundations of the multiple forms of struggles and resistances of the black population, since the genesis of the Brazilian social formation. Therefore, we emphasize the quilombos, in particular the Palmares quilombo as a symbol of historical confrontation against all sorts of oppression and exploitation to which black women and men have been subjected in the country. It is a critical exposition about this dynamic, based on a diverse bibliography, where the work culminates in the direction of the issues that permeate the debate on the importance of reparation policies as responses to a past that still says a lot about the social places of this segment today.

Keywords: Quilombo. Resistance. Repairs

[1] Graduanda em Serviço Social pela UFMA – Universidade Federal do Maranhão. Email: andressa.bianca@discente.ufma.br
[2] Graduanda em Serviço Social pela UFMA – Universidade Federal do Maranhão. Email: josiele.lima@discente.ufma.br
[3] Graduanda em Serviço Social pela UFMA – Universidade Federal do Maranhão. Email: karyna.diniz@diacente.ufma.br
[4] Graduanda em Serviço Social pela UFMA – Universidade Federal do Maranhão. Email: zilda.dias@discente.ufma.br

1 INTRODUÇÃO

Tomando por objeto a questão social e a luta quilombola, este artigo discute as múltiplas formas de resistências da população negra no período da escravidão e seus reflexos na atualidade, sendo fundamentado por variada bibliografia e norteado por uma concepção crítica da realidade. Por essa linha, os indicadores sociais brasileiros evidenciam os resquícios deixados por esse regime, dentre os quais a violência é uma das expressões mais fortes da desigualdade existente no país, sendo as principais vítimas a população negra. Cerqueira *et al.* (2020) aponta, no O Atlas da Violência 2020, altas taxas de homicídio, onde 75% das vítimas são as pessoas negras, enquanto os não negros representam 25%.

Conforme dados de 2018 (CERQUEIRA *et al.*, 2020), cada pessoa não negra morta, corresponde a 2,7 dos negros mortos, taxa essa que só vem crescendo nos últimos 10 anos. Tal fato integra o grupo das desigualdades que só se aprofundam cada vez mais frente a ausência de políticas de reparação históricas eficazes voltadas para essa população. Assim, reforçamos a urgência de políticas públicas, capazes de quebrar estigmas criados pela sociedade escravista, que traz como marca atual o racismo e a discriminação.

Este trabalho encontra-se organizado em dois grandes momentos: percurso histórico, que tem por finalidade construir problematizações e análises acerca da constituição da formação social brasileira, estruturada a partir do tripé trabalho *escravizado-latifúndio-monocultura*, no qual desenvolveram-se lutas e resistências, cujos maiores exemplos são os quilombos; E discussão acerca do período pós-abolição e a cidadania negada, buscando analisar os lugares sociais relegados às pessoas negras na República, sem nenhuma compensação pelos séculos de escravização. Diante das lutas quilombolas que se destacam no cenário nacional, surgem questionamentos: o que são os quilombos hoje? Quais são as suas pautas, demandas e reivindicações?

Nessa direção, as reparações históricas reivindicadas pelos trabalhadores (as) negros (as) do Brasil, contemplam questões fundamentadas e articuladas no cerne da questão social, haja vista a transversalidade do recorte racial que se exterioriza sob todas as suas expressões. Assim, omitir a importância das diferentes formas de

resistência da população negra para o fortalecimento da democracia brasileira e do ser cidadão é permitir a constância de elementos subalternizantes — e é exatamente esse o ponto nodal que intentamos nesta empreitada.

2 CONTEXTO HISTÓRICO DA ESCRAVIDÃO, LUTAS E RESISTÊNCIAS: o exemplo Palmarino

A escravidão no Brasil foi consolidada em decorrência de dois fenômenos apontados por Clovis Moura em seu livro *Rebeliões da Senzala* de 1981. O primeiro diz respeito à continuação do desenvolvimento interno da sociedade colonial, onde surgiram os donatários como responsáveis pelo desenvolvimento das capitanias hereditárias, bem como um sistema de estratificação social fechado em estrutura que se assemelhou aos moldes feudais. E o segundo resultante dos interesses das nações colonizadoras em fase de expansão comercial e mercantil, ancorados segundo Santos (1984), na ideologia de que *os povos de cor*, habitantes dos três continentes, eram *incapazes e servis*, sendo necessário impor-lhes a “civilidade”.

De acordo com Moura (1994), a escravidão no país foi dividida em duas fases distintas: o escravismo pleno e o escravismo tardio. O primeiro deu-se 1550, mais ou menos, até aproximadamente 1850, quando é extinto o tráfico de escravizados através da Lei Euzébio de Queiroz. Já o segundo começou a partir de 1851 e se estendeu até 1888 com a *abolição da escravidão*. Durante esta primeira fase do escravismo, observou-se um crescimento expressivo no contingente de pessoas traficadas da África, sem as quais o sistema colonial não poderia sobrevir e se perpetuar por séculos. Nesse âmbito, o tráfico de africanos foi um dos maiores *negócios* do Brasil, principalmente durante os primeiros 50 anos do século XIX, e contribuiu de forma significativa para a acumulação capitalista, conforme o exposto por Moura (1981). Cabe destacar que, para Santos (1984), os bandeirantes eliminaram em cinquenta anos, 1 milhão de índios, e da África foram negociados para a América, em 300 anos de escravidão, mais de 20 milhões de pessoas.

Na segunda metade do século XIX, iniciou-se um processo de modernização conservadora, uma maneira de permitir que a estrutura fundamental do escravismo continuasse a se reproduzir — fase denominada *escravismo tardio*, caracterizado principalmente pelo cruzamento acentuado de relações capital - escravistas (MOURA, 1994). Diferentemente da primeira fase, no escravismo tardio houve uma alta nos

preços da força de trabalho escravizada e do valor do próprio escravizado devido a proibição do tráfico em 1850.

Desse modo, com o processo de modernização ocorreu a decomposição do escravismo no Brasil. De acordo com Moura (1994), foram tomadas cinco medidas modulares para a conclusão desse processo, ao mesmo tempo em que houve uma preparação para o advento do trabalho livre no país,: I- A Tarifa Alves Branco (1844); II- A Lei de Terras (1850); III- A Lei Eusébio de Queiróz (1850); IV- A Guerra do Paraguai (1865-1870); V- A Política Imigrantista.

Moura (1994) destaca que a Lei de Terras foi um mecanismo regulador e controlador, montado para equilibrar e preservar os interesses dos senhores latifundiários diante da possibilidade de uma abolição. Por outro lado, impediu que os ex-escravos as adquirissem. Nesse sentido, apesar da passagem da escravidão para o trabalho livre, os interesses das oligarquias não foram completamente afetados, pois mesmo *perdendo* os escravos, continuaram com a posse da terra – principal símbolo econômico e social do poder, enquanto os ex-escravizados continuaram sem os seus direitos garantidos, ficando à mercê da sociedade mesmo após a abolição.

Em concordância com Eduardo Galeano (1983), a história do subdesenvolvimento da América Latina integra a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. Em suas palavras:

> Nossa derrota esteve sempre implícita na vitória alheia, nossa riqueza gerou sempre a nossa pobreza para alimentar a prosperidade dos outros: os impérios e seus agentes nativos. Na alquimia colonial e neocolonial, o ouro se transforma em sucata e os alimentos se convertem em veneno (FRANK, 1967 pud GALEANO, 1983, p. 8).

Assim, as regiões mais marcadas atualmente pelo subdesenvolvimento e pela pobreza, como é o caso no Brasil, são aquelas que nos séculos passados tiveram laços mais estreitos com a metrópole e desfrutaram de períodos *de auge*, são regiões que foram as maiores produtoras de bens exportados para a Europa ou para os Estados Unidos (GALEANO, 1983).

O contexto colonial escravocrata brasileiro, nos permite inferir uma série de ponderações, principalmente quando a discussão se pauta nas diversas formas de resistir a um sistema desumano, cuja permissão e efetivação foi possibilitada por ideais única e exclusivamente exploratórios e que ganharam espaço substancial com a empresa colonial de modelo *agro-latifundista* aqui instalada. Nesse contexto,

convém destacar a luta histórica da população negra, que surge a partir de embates nada pacíficos[5] contra o trabalho forçado e as condições degradantes impostas pelo colonizador europeu e nascente elite brasileira.

Na luta pela sobrevivência e pela Liberdade queremos enfatizar a organização dos quilombos, constituídos em sua grande maioria por pessoas negras escravizadas, fugidas das grandes fazendas — como um símbolo de resistir para emancipar, pois enquanto vigorou o sistema escravista, os quilombos também se multiplicavam por consequência (MOURA, 1981).

As revoltas ou insurreições negras, eram temidas pela classe dominante, haja vista serem consideradas potenciais ameaças à empresa colonial em vigência naquele período. Nesse sentido, as organizações quilombolas foram duramente criminalizadas naquela conjuntura, fator que não impediu a articulação dos escravizados na criação de estratégias de fugas e combates, muitas vezes sangrentos, como relatado em diferentes literaturas que abordam o tema.

Os quilombos localizavam-se geralmente em meio à mata fechada, em entorno estratégico, que possibilitasse a detecção de possíveis ameaças, principalmente de capitães-do-mato. A divisão das atividades essenciais no âmbito dessas organizações, como por exemplo atividades domésticas, caça, construção de armamento, segurança, se davam de maneira distributiva, onde cada integrante desempenhava sua função para garantir a integralidade coletiva. Assim, “a economia quilombola somente se manifesta como negação estrutural da dinâmica (porque de protesto) à economia tradicional e estabelecida: a escravista” (MOURA,1994, p.32).

É impossível contar ou recontar a história brasileira de maneira crítica sem salientar a importância dos quilombos para a formação social brasileira e para muito além disso, constam como representações ancestrais de uma trajetória de lutas por direitos de homens e mulheres negras deste país. Nesse sentido, tomamos Palmares como um dos quilombos mais destacados e estudados, conhecido por seus habitantes como *Angola-Janga*, que significa “pequena Angola”.

Surgiu nas proximidades da região da Serra da Barriga entre os estados de Alagoas e Pernambuco por volta do ano de 1580. A Serra da Barriga era uma região distante das áreas ocupadas pelos portugueses, logo, o acesso que já era difícil

[5]Inclusive, nos posicionando de forma contrária às concepções de Freyre (2006), em *Casa Grande e Senzala*

passou a ser cada vez mais restrito. Nesse viés, o monitoramento da área dos espaços quilombolas permitia que sua população crescesse e o pequeno agrupamento se tornasse um grande complexo de povoações.

O Quilombo de Palmares, durou pouco mais de 100 anos, tendo sua fundação ainda no século XVI. Ao longo de sua trajetória aconteceram diversos enfrentamentos, inclusive entre bandeirantes e quilombolas, tendo por grande objetivo uma possível *recaptura. A*lgumas pesquisas apontam um contingente de mais de 20 mil habitantes distribuídos em unidades menores dentro de Palmares. Desde seus primórdios tal população é caracterizada pela resistência.

Palmares acolheu diferentes gerações de pessoas que conseguiram escapar das senzalas e canaviais. Devido ao aumento incessante da população quilombola e ao aparecimento da agricultura, foi instaurado o primeiro governo entre eles, sendo escolhido para dirigi-los, Ganga Zumba, pelos seus méritos demonstrados na guerra (MOURA, 1981).

O quilombo se organizava em torno de povoados que recebiam o nome de *mocambos* e que mesmo estando distantes entre si, estavam ligados por uma rede muito eficaz de comunicação e mobilização de guerreiros, numa estrutura pensada para a defesa contra as investidas dos colonizadores que atacavam de surpresa – fator que tornava necessária vigilância constante.

Assim, a partir das estratégias de defesa desenvolvidas pelos quilombolas foi possível deter muitos ataques dos portugueses — um total de 6; e dos holandeses, estes investindo duas vezes contra Palmares — a segunda expedição punitiva foi comandada por João Blayer. Em 1655, a primeira expedição conhecida, se deu quando o governo português conseguiu sequestrar alguns quilombolas e descobrir como funcionava o sistema dos mocambos.

Na época, Pernambuco passava por uma crise de fome que atingiu principalmente as vilas e as cidades portuguesas, pois a crise era um tipo de consequência da economia estabelecida na região, com foco total na produção de açúcar, o que resultou em pouco espaço para a produção de artigos de primeira necessidade (CASTRO, 2004 apud SILVA; SÁ, 2009, p. 45).

Concernente a isso, a fúria dos colonizadores cresceu na tentativa de destruir o quilombo, porém a sua localização e as estratégias de defesa dos quilombolas, dificultavam esse processo. Devido à fome que se instaurou, até pequenos

proprietários de terras trocavam pólvoras e armas de fogo por alimentos produzidos em Palmares, pois apesar de não faltar alimentação, as armas eram poucas para fazer frente as expedições portuguesas.

Em 1675, partiu uma expedição chefiada pelo Sargento Manuel Lopes, considerado um dos combates mais violentos travados contra os palmarinos, resultando em muitos quilombolas mortos e feridos, além de 70 prisioneiros (MOURA, 1981). Apesar de todas as estratégias de luta e defesa, as expedições trouxeram muitos estragos às plantações, além de incêndios de casas, mortes e capturas da população quilombola.

Com a guerra acirrada, Ganga Zumba aceitou fazer um acordo de paz com o capitão-General de Pernambuco, que representava o rei de Portugal. O acordo reconhecia a liberdade das pessoas nascidas em Palmares, mas não das pessoas que continuavam fugindo dos engenhos e das cidades. Ao mesmo tempo que o acordo garantia liberdade também enfraquecia o quilombo que se fechava a novos membros em busca de liberdade. Depois de desacreditado, Ganga Zumba foi executado pelos chefes militares de maior prestígio, que se colocaram contra o acordo e entregaram a direção do quilombo a Zumbi, último e mais importante líder de Palmares, com isso, reiniciaram as lutas contra os senhores (MOURA, 1981).

Com a retomada, em 1685, Fernão Carrilho seguiu travando combate com um grupo de palmarinos que sem sucesso resultou apenas na destruição de roças e prisões de alguns ex-escravos. Conforme as investidas portuguesas foram se intensificando, o quilombo reagia atacando os engenhos e libertando pessoas escravizadas, resultando na aquisição de novas armas e destruição das fontes de riqueza das forças inimigas. Devido a isso, as forças portuguesas tentaram um novo acordo de paz, que foi recusado. E em 1685, o governador de Pernambuco decidiu chamar um exército de bandeirantes paulistas para tentar destruir Palmares, comandados por Domingo Jorge Velho, com grande experiência e em busca de escravização de povos indígenas. Os bandeirantes só chegaram seis anos depois, em 1691, e foram derrotados na primeira tentativa.

Na segunda tentativa, retornando em 1695 com um exército de mais ou menos nove mil homens, os bandeirantes continuaram avançando e, após 22 dias de resistência, a capital da República de Palmares foi ocupada e seu líder Zumbi morto pouco tempo depois. Apesar de muita resistência, Palmares teve seus últimos

habitantes degolados, era a queda do maior quilombo que já existiu no Brasil, mas era apenas o início da resistência quilombola que se reinventou e se espalhou por todas as regiões do país pelos anos seguintes.

Com mais de um século de organização que resistiu, lutou, brigou, enfrentou, Palmares e outras formações quilombolas têm contribuído solidamente para a desconstrução de concepções alicerçadas num pensamento notavelmente segregacionista, que no Brasil adquiriu peculiaridades próprias, se mesclando ainda a novos dispositivos de manipulação e subalternização da população negra, o que Munanga (2020) nos apresenta como práticas racistas que no passado eram muito mais abertas, e hoje se camuflam pelo *jeitinho brasileiro*, por isso esse autor caracteriza o racismo nacional como *racismo à brasileira*.

Quilombos e remanescentes de quilombos, como hoje podemos identificar, são, sem sombras de dúvidas, uma das mais plausíveis construções históricas escritas e consolidadas por mãos de mulheres e homens negros na história da formação nacional do Brasil, ainda que muitas sejam as investidas contra o reconhecimento dessas organizações e de seu valor patrimonial-histórico.

3 DA ABOLIÇÃO À NEGAÇÃO DA CIDADANIA

A abolição da escravidão no Brasil diferente do que pensa o ideário popular não foi impulsionada pela ‘’bondade’’ de uma princesa preocupada com a condição social da população negra escravizada. Ela traz diferentes elementos que influenciaram a sua gestação até ser de fato concretizada. Para o povo negro o fim da escravidão carregava em si muitas possibilidades, tais como o direito de escolha do local de trabalho, culto aos deuses africanos ou santos católicos, sobretudo o direito à cidadania (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006).

A concretude dessa cidadania e a garantia de direitos a essa população infelizmente não veio como esperado. Apesar de livres não houve nenhuma compensação pelos séculos de escravização. Não houve igualmente nenhuma política de integração, ficaram marginalizados e desprovidos de qualquer proteção social ou legal. Apesar de “senhores de si mesmos, [...] não dispunham de meios materiais e morais para realizar essa proeza [...]”. (FERNANDES, 2008, p. 29).

As fugas e insurreições, símbolo da resistência negra, cumpriram uma função importante como meio de protesto à dura forma como viviam o povo negro, sempre em posição de combate frente as imposições do sistema. Os quilombos, a exemplo de Palmares, representava não só a possibilidade da liberdade, mas também a manutenção da cultura desse povo. O exemplo Haitiano, que deu início em 1971 a uma revolução iniciada por escravos que culminou no fim da escravidão, assombrava os senhores. O medo era que aqui no Brasil o modelo fosse copiado. (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006).

Assim, revoltas como da Balaiada, Revolta dos Cabanos e Sabinada entre outras, só reforçam o protagonismo do povo negro na luta pela liberdade:

> Durante a Balaiada (1830-1841), movimento rebelde ocorrido no Maranhão e que se estendeu até o Piauí, lideranças negras se destacaram, a exemplo do "preto" Cosme, que liderou cerca de três mil negros quilombolas. No Pará, a chamada "Revolta dos Cabanos" ou Cabanagem (1833-1840) mobilizou milhares de pessoas, a maioria índios, negros e caboclos. [...] a Sabinada, revolta que eclodiu na Bahia em 1837, além de contar com a adesão de negros livres e libertos, teve como liderança o médico mulato Francisco Sabino Vieira (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p.135).

Além desse contexto das revoltas, destacaram-se também os aparatos legais e as ideias abolicionistas. Nomes como Luiz Gama, André Rebouças e José do Patrocínio tiveram ampla participação e representatividade, que abriram caminho para a formalização e eliminação da escravidão no Brasil. A exemplo da lei Eusébio de Queiroz (1850), que pôs fim ao tráfico ''negreiros'', a Lei do Ventre Livre (1817), que permitia liberdade às crianças nascidas a partir dessa data, preparou caminho para a então assinatura, em 1988, da Lei Áurea.

Ademais, por trás do intento de extinção do escravismo, existiu um desejo ávido por mercado – esse representado pela Inglaterra, nação berço da Revolução Industrial – onde transformar o ex-escravo em trabalhador livre, representava o trabalho assalariado, condição fundamental para a produção capitalista, sobretudo de mercado para os seus produtos manufaturados.

A produção e a sociedade estavam organizadas com base na escravidão, durante o século XIX a economia brasileira mantinha intercâmbio com a Inglaterra, utilizando para a produção das mercadorias o trabalho escravo. Na segunda metade do século XIX, muitos foram os acontecimentos que levaram a rejeição dessa forma de força de trabalho e de sua condição na sociedade brasileira. Surgiu, portanto, a

necessidade de superação desse regime, visto que ele representava um obstáculo para o avanço da industrialização no país. O Brasil sofria pressões externas da Inglaterra para realizar a abolição da escravidão. Contudo, é importante destacar que a luta dos escravizados, a quilombagem, foram elementos fundamentais para o fim do regime de escravidão.

Segundo Ianni (1982), existem dois fatores importantes para situar o motivo dessa contradição só ter surgido durante esse período, por isso ele situa sua análise na estrutura econômica e social em que se encontrava a sociedade brasileira no século XIX. Em primeira análise, o escravo era tido como um meio de produção e que estava sujeito a riscos imprevisíveis, como doenças, à fuga e até a morte. Isso representava para os senhores de terra uma perda em relação ao capital investido, principalmente após a proibição do tráfico negreiro. A outra contradição presente está relacionada com o valor de troca, que só se efetua na realização do lucro, ou seja, com a venda das mercadorias. Por isso, a necessidade de transformar o escravo em trabalhador livre, com o intuito de aumentar a margem lucrativa, pois:

> [...] é no processo de realização do produto do trabalho, enquanto valor de troca, que se dá a realização do lucro, que é alvo do fazendeiro ou empresário. Nesse sentido, ampliar a produção de mercadorias, com base no trabalhador livre, é ampliar a margem de lucro possível" (IANNI,1982, p. 50).

Posteriormente, acompanhada da expansão econômica surgiu o que Ianni (1982) denomina de "*fome de braços*", uma escassez quanto a mão de obra, abrindo espaço e incentivo a campanha imigratória. Nesse sentido, temos a Constituição (1891) que assegura para aqueles que vêm de fora o título de cidadão. Novamente os negros foram excluídos da expansão urbano e industrial, visto que as empresas empregavam em sua grande maioria imigrantes, em que muitos tiveram a oportunidade de tornarem-se empresários, e quanto aos recém-libertos não tiveram nem mesmo a oportunidade de acesso às terras.

Como podemos observar, temos um projeto racista em curso no país, que desde sua formação foi marcado por profundas desigualdades não só econômicas, mas também sociais, políticas e culturais. Mesmo após a abolição em 1888, os ex-escravizados não foram incorporados ao sistema de produção como trabalhadores livres. Inúmeros processos fizeram com que o negro fosse excluído através de mecanismos criados para inviabilizar o seu acesso aos meios de produção, em especial as terras.

4 A LUTA POR REPARAÇÕES HISTÓRICAS

Como vimos, a abolição foi um processo gradual, que contou com vários elementos e culminou com a assinatura da Lei Áurea em 1888, representando para agora ex-escravizados não apenas o fim do cativeiro, mas também a possibilidade de acesso à terra, à educação e aos mesmos direitos de cidadania que gozava a população branca, mesmo que perante a lei (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006). As condições desumanas as quais foram submetidos e, por mais de 300 anos de escravidão sendo considerados mercadorias num sistema baseado na exploração, deveria encerrar esse cruel capítulo da história do Brasil, no entanto, novas páginas começaram a ser escritas e nova luta travada: a luta por reparações.

O contexto pós-abolição, diferente do que foi esperado pelo segmento mais empobrecido da população, não trouxe garantias de sobrevivência às pessoas negras, que continuariam à margem da sociedade, não alterando de maneira evolutiva a estrutura social *outrora* estabelecida. Houve uma preocupação por parte dos senhores, em justamente manter a ordem social, haja vista a ameaça à manutenção do poder que se delineava com os novos libertos.

Foi nesse cenário que as concepções das *Teorias Raciais* ganharam espaço, para justificar e manter posições dominantes. Esse discurso, baseado na superioridade das raças, reverberou na sociedade brasileira, e infelizmente ainda impera hoje, transvestido por novos/velhos dispositivos. Os argumentos utilizados eram de cunho biológico e relacionavam as características físicas à capacidade intelectual dos indivíduos, o modelo ‘’padrão’’ era o europeu, povos africanos e indígenas eram subjugados. Em suma, essas teorias queriam mostrar que existiam raças diferentes, sendo a raça branca ‘’superior’’, e mais, que as características físicas e valores positivos se relacionavam a ela (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006).

Essa teoria nos ajuda também a compreender a política de branqueamento no Brasil, que consistia em misturar as raças e eliminar os traços negroides da população, tornando o país um lugar de branco, ou seja, de *pessoas “civilizadas”*, montando-se uma verdadeira política de abertura de imigrantes europeus no Brasil. Tais concepções ajudaram a construir um discurso ideológico que inferioriza o povo negro,

o que demarca na sociedade brasileira a condição fundante de racista, marcada por disparidades e abismos de oportunidades entre brancos e negros.

Propor interligações entre o passado e o presente são fundamentais para a compreensão da *ordem* aqui vigente e das injustiças sociais que operam nesta sociedade, assim, a posição que a população negra ocupa na atualidade é resultado de séculos de exploração, marcada por uma série de elementos subordinantes. Para a superação desse quadro são necessárias políticas públicas de reparação, pois há uma dívida histórica que precisa estar na agenda política do país, e os indicadores socioeconômicos e educacionais reforçam e apontam as desigualdades entre negros e brancos como marcas latentes na sociedade brasileira.

Segundo o IBGE (2019), em 2018 3,9% das pessoas de 15 anos ou mais, de cor branca, eram analfabetas. Esse índice se eleva para 9,1% entre pessoas de cor preta ou parda; a taxa de conclusão do ensino médio, faixa etária de 20 a 22 anos, para jovens pretos ou pardos apresenta 61,8% e brancos 76,8%. Ainda no mesmo período o estudo apresenta uma taxa de 35,4% de pretos e pardos que ingressaram no ensino superior (concluintes ou não), enquanto em brancos os números são 53,2%. As estatísticas reafirmam a necessidade de políticas públicas mais efetivas, principalmente no âmbito educacional, sendo a educação elemento de luta no reposicionamento do povo negro na sociedade brasileira e na eliminação de sua posição marginalizada.

O debate sobre políticas de reparação tem como destaque os anos 1990, demonstrando a trajetória de luta de uma classe trabalhadora que é, em sua grande maioria negra, como o exposto na contribuição do autor referenciado a seguir:

> No contexto de meados da década de 1990 que se aquecem os debates públicos, nos meios jornalísticos, nas universidades, nos parlamentos e nos governos, sobre o lugar social do negro na sociedade brasileira e das lutas para que o Estado e os demais poderes constituídos reconheçam a necessidade de instituição de políticas públicas em qualidade e em quantidade para atendimento das demandas sociais advogadas pelo movimento negro (FONSECA, 2018, p. 35).

Com a Conferência de Durban em 2001, na África do Sul, foi acordado entre os participantes que havia o comprometimento pelos países que mantiveram regime de escravidão em seus sistemas de exploração à implementação de ações afirmativas, com a finalidade de reparar os maus tratos sofridos e a total desproteção social pela qual esse povo e seus descendentes passaram (SILVA, 2010). Seria adotado reservas

de vaga para o ensino superior e o mercado de trabalho, destacando também a lei que traz a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana, afro-brasileira e indígena nos currículos da educação básica — Leis Federais 10.639/03 e 11.645/08 (BRASIL, 2003; BRASIL, 2008).

Apesar das inúmeras conquistas, possibilitadas a partir das militâncias que conformam sujeitos comprometidos com a pauta racial negra, múltiplos são também os desafios que precisamos enfrentar enquanto *sociedade democrática*, para merecer, em sentido concreto, a expressão em destaque. Nesse sentido, precisamos compreender que o Brasil é fruto de diferentes culturas, pressupostos cruciais que devem ser considerados na longa caminhada de ajustes pouco realizados, mas de profunda relevância, as políticas reparatórias — essas partem do pressuposto de que ‘’qualquer violação dos direitos humanos deve envolver a incumbência de um reparo adequado, efetivo e rápido, destinado a promover a justiça.’’ (ROSA, 2013, p. 36).

Dessa forma as políticas de reparação são mecanismos que tem forçado o Estado brasileiro a promover ações que resgatem da invisibilidade as pautas da população negra, resgatando-a dos lugares subalternizados — herança da escravidão, além de trazer para discussão a existência e combate ao racismo, que é estrutural. Deve-se considerar as questões fundantes que permeiam as relações na sociedade e sua leitura a partir de uma análise crítica da realidade, considerando a base colonial na qual o país foi gestado. Assim, reforçamos a necessidade do conhecimento da cultura, da identidade do povo negro serem contadas e valorizadas para além de estereótipos formados, considerando sua influência e importância na formação sócio-histórica do país.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo evidenciamos a trajetória de lutas e resistências da população negra no Brasil a partir de uma perspectiva crítica e histórica, tomando como grande referencial o quilombo dos Palmares. Por essa linha, construímos fios condutores que possibilitaram o exercício de tecer considerações de fundo analítico, na medida em que uma compreensão concreta de questões em voga hoje, como as que tangem ao debate étnico-racial, necessitarem de uma visita ao passado como parâmetro crucial no processo de compreensão da realidade concreta.

Sublinhamos ainda nesse limiar, que a formação social brasileira ganha grande destaque pelo fato de ter se fundamentado na escravidão negra e indígena, bem como ter fomentado artifícios que ofereceriam às gerações futuras, dos hoje reconhecidos povos tradicionais, lugares sociais que reverberam um passado de latente humilhação.

Assim, os quilombos foram apresentados como uma das principais formas de resistência de mulheres e homens negros deste país, em que Palmares ganha protagonismo nesse espaço de luta, muito pelo fato de representar a capacidade de organização coletiva como resposta às investidas de dominação que persistem na atualidade sob as máscaras de uma pseudodemocracia — a criminalização de quilombos ou de seus remanescentes, não são nada mais que frutos de uma questão de estrutura, em que a elite nacional não possui interesse algum em extinguir.

Fato semelhante ocorreu com as leis abolicionistas, principalmente com a Lei Áurea aqui largamente expressa. Nesse sentido, se torna perceptível que o pós-abolição foi munido por todas as formas de protecionismos possíveis às famílias abastadas, ricas ou numa linguagem marxista, à nascente burguesia brasileira. Quais sejam, legislações consolidadas e embasadas sob parâmetros discriminatórios, sobretudo quando pensamos na população negra.

Das relações conflituosas que se estabeleceram em torno da cor da pele permitidas por múltiplos fatores de fundamentação racista no Brasil, as reivindicações por melhores condições de vida nessa sociedade são as principais pautas que emergem dos diferentes movimentos negros, que passam a adquirir protagonismo e projeção a partir das três últimas décadas do século XX, buscando uma emancipação que se consolide sob o prisma da integralidade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga . **Uma história do negro no Brasil.** Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

BRASIL. **Lei 10.639/2003, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, 2003

BRASIL. **Lei 11.645/08 de 10 de Março de 2008**. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília., 2008.

CERQUEIRA, Daniel *et al*. **Atlas da violência**. Brasília: Ipea, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A Integração do Negro na Sociedade de Classes**. 5ª ed. São Paulo: Ática, 2008.

FONSECA, Dagoberto José. O negro no Brasil e seu olhar para a África e a América Latina: Um olhar sobre a globalização Sul-Sul. **Revista do PPGCS/UFRB – Novos Olhares Sociais** vol.1, n.1, p. 26-59, 2018.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra,1983.

IANNI, Octávio. **Raças e Classes Sociais no Brasil.** 1 ed**.** São Paulo: Ed Brasiliense, 1982.

IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Estudos e Pesquisas: Informação Demográfica e Socioeconômica, Rio de Janeiro, n. 41, 2019.

MOURA, Clovis. **Dialética Radical do Brasil Negro.** São Paulo: Editora Anita, 1994.

MOURA, Clovis. **Rebeliões da Senzala.** São Paulo: Ciências Humanas LTDA, 3 ed., 1981.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte: editora Autêntica, 2020.

ROSA, Johnny Roberto. A perlaboração da violência traumática da repressão: o caso brasileiro. **História.** São Paulo, v.39, 2020

SANTOS, Joel Rufino dos. **O que é Racismo?** São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1984.

SILVA, Benedito Rodrigues da. Ações afirmativas: uma proposta de superação do racismo e das desigualdades. **Revista Pol. Públ**. São Luís, v.14, n.1, p. 67-76, jan. 2010.

SILVA, João Luiz; SÁ, Alcindo José. Fome no Brasil: do período colonial até 1940. **Revista de Geografia**, v.23, n.3, p. 43-53, 2009.